



PREFEITURA DO
NATAL

AO SETOR LEGISLATIVO

Em, 09/06/2020
[assinatura]

Flávio Fonseca de Assis
Chefe de Gabinete da Presidência

MENSAGEM Nº. 048/2020

À sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal do Natal

Natal, 08 de junho de 2020.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos demais parlamentares que compõem esse Egrégio Poder Legislativo, o presente Projeto de Lei que **“Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419 de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências”**.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo alterar a Lei Complementar nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com o objetivo de aperfeiçoá-la e de cumprir exigências legais, posto que trata de assunto de interesse local.

O Projeto em cerne pretende, ainda, aprimorar a interpretação aos dispositivos presentes no texto original da Lei a ser alterada, tornando-os mais eficazes e compatíveis com os direitos e garantias fundamentais, garantidos pela Carta Magna de 1988, acrescentando, modificando e revogando diversos itens que compunham a Lei Complementar 6.419/2013.

Vem assim o Projeto de Lei em tela como uma solução crítica às distorções e inconstitucionalidades, como os conflitos de competência que dificultam diversos serviços, que vieram a ser evidenciadas ao longo dos anos, tornando a Lei adequada às suas finalidades, além de tratar de melhorias às condições de trabalho dos Agentes de Mobilidade.



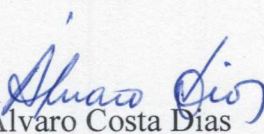
PREFEITURA DO NATAL

Além disso, há a adequação de termos como “motorista” para “condutor”, e “gratificação” por “adicional”, visando a congruência da lei com a realidade e mudanças que ocorrem nas circunstâncias sociais.

Pelo exposto, submetemos a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei solicitando sua aprovação por ser de relevante interesse público, e pela importância desta iniciativa, espera-se contar com o apoio necessário para a aprovação da presente proposição.

Destarte, contando com o elevado espírito público que norteia as ações de Vossa Excelência e demais edis, reitero os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Álvaro Costa Dias
PREFEITO



PREFEITURA DO NATAL

PROJETO DE LEI

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. **Fica criada**, nos termos desta lei, **a Carreira dos Agentes de Mobilidade Urbana**, constituída por 18 (dezoito) níveis, cada Nível com **03 (três)** Padrões representados pelas letras **A, B e C**, observadas as seguintes diretrizes:

Art. 3º Compete ao Agente de Mobilidade **Urbana**, cumprir e fazer cumprir, no âmbito da circunscrição do Município do Natal, as leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 e 5.022 de 08 de Julho de 1998, atribuindo-se a estes:

XX. Operacionalizar as diretrizes estabelecidas pelo Titular da **STTU**, **através do Departamento de Fiscalização e Vistoria- DFV**; e

XXI. Desenvolver e exercer as atividades correlatas que lhe forem atribuídas, **no âmbito dos Departamentos e Setores da STTU**.

Art. 4º. Fica criado o **cargo de provimento efetivo de Agente de Mobilidade Urbana**, com quantitativo fixado pelo Anexo I, parte integrante desta Lei.

§1º O Cargo referido no caput deste artigo, será provido por concurso público, nos termos do art. 37, II, da constituição Federal para cujo desempenho é exigido o grau de instrução de **Ensino Fundamental**.

§2º O ingresso no cargo, dar-se-á no nível e padrão inicial da presente carreira, conforme disposto no Anexo II, parte integrante desta lei, **ressalvado o disposto no art. 20**.

§5º. O Agente de Mobilidade Urbana será identificado através de Carteira Funcional fornecida e conforme padrão definido pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

Art. 8º A Progressão por grau de Formação consiste na passagem do servidor do Padrão A para o mesmo Nível no Padrão B e do Padrão B, para o mesmo Nível no Padrão C, atendidos os requisitos exigidos para cada Padrão, sendo estes:

I - PADRÃO A: Ensino Fundamental;

II - PADRÃO B: Ensino Médio completo;

III - PADRÃO C: Ensino Superior completo.

Art. 11. Os Níveis do padrão B terão um acréscimo de 10% (dez por cento) em relação aos mesmos Níveis no Padrão A e os Níveis do padrão C terão um acréscimo de 10% (dez por cento) em relação aos mesmos Níveis no Padrão B.

Art. 14.....

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, serão considerados somente os cursos e as instituições de ensino reconhecidas **pelo Ministério da Educação, bem como os estabelecidos no decreto regulamentar que será editado em até 90 (noventa) dias após a entrada em vigor desta lei.**

Art. 16.....

II. Estejam regularmente designados, em Escala de Serviço, para o exercício da função de **condutor** de viatura operacional, sem prejuízo das demais atribuições de seu cargo ou função;

IV. Exercam efetivamente a atividade de condutor.

§1º Para fins de pagamento da gratificação, enquadram-se, como viatura operacional, os **veículos elencados no art. 96 do Código de Trânsito Brasileiro além daqueles que vierem a ser utilizados pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana na fiscalização e organização do sistema de transporte e trânsito do Município do Natal, inclusive no patrulhamento preventivo.**



PREFEITURA DO NATAL

§2º. O **Adicional** de condutor de Viatura corresponderá a 20% (vinte por cento) do padrão de vencimento A, Nível I, desta carreira.

Art. 18. **Ficam extintos** os cargos de provimento efetivo de Fiscais de Transportes Urbanos e Fiscais de Transportes Coletivos, existentes na Secretaria de Mobilidade Urbana.

Parágrafo único. Ficam aproveitados nos cargos criados pelo caput do art. 4º, os servidores efetivos, ocupantes dos cargos extintos pelo caput deste artigo, respeitada a correlação prevista no Anexo III desta Lei.

Art. 20. Para efeito de enquadramento dos servidores nesta Carreira, será levado em conta o tempo de serviço efetivo, e o **Grau de Formação**, efetuando-se a progressão a que fizerem *jus*, a partir da vigência da Lei 4.108/92, até a data da publicação desta Lei, independentemente de avaliação de desempenho, considerando-se para cada dois anos, de efetivo exercício, um nível a ser alcançado.”

Art. 2º. Ficam revogados os incisos I a X e XIII do artigo 3º da Lei 6.419/2013.

Art. 3º. Fica revogado o §3º do artigo 4º da Lei 6.419/2013.

Art. 4º. Fica revogado o inciso III do artigo 16 da Lei 6.419/2013.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 08 de junho de 2020.


ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito